



Comunicação, violência e problemas sociais: uma leitura construcionista

Communication, violence and social problems:
a constructionist reading

Comunicación, violencia y problemas sociales:
una lectura construccionista



Felipe Tavares Paes Lopes

- Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso)
- Pós-doutorados na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Fundação Getulio Vargas (FGV)
- Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP)
- Estágio doutoral na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha)
- Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
- Graduado em Comunicação Social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) em Filosofia pela USP
- E-mail: lopesftp@gmail.com



Mariana Prioli Cordeiro

- Docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)
- Pós-doutorado no Instituto de Psicologia da USP
- Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
- Estágio doutoral na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha)
- Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP
- Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)
- E-mail: mpriolicordeiro@usp.br



Resumo

Este trabalho objetiva contribuir para o desenvolvimento dos debates realizados no campo de Estudos de paz, discutindo a pertinência da perspectiva construcionista como ferramenta teórica de análise dos conflitos violentos. Num primeiro momento, apresentamos algumas das principais definições e explicações sobre esses conflitos. Em seguida, debruçamo-nos sobre a perspectiva construcionista e abordamos o processo de construção desses conflitos e sua transformação em problemas sociais, enfatizando a importância da linguagem. Por fim, analisamos o papel da mídia nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO • VIOLÊNCIA • PROBLEMAS SOCIAIS • LINGUAGEM • CONSTRUCIONISMO.

Abstract

This paper aims to contribute to the development of the discussion in the Peace Studies field, focusing on the relevance of the constructionist perspective as a theoretical tool for the analysis of violent conflicts. Therefore, we present some of the main definitions and explanations about these conflicts. Then, we discuss the constructionist perspective, the construction of these conflicts and their transformation into social problems, emphasizing the importance of language. Finally, we analyze the role of the media in this process.

KEYWORDS: COMMUNICATION • VIOLENCE • SOCIAL PROBLEMS • LANGUAGE • CONSTRUCTIONISM.

Resumen

Este trabajo objetiva contribuir al desarrollo del campo de los Estudios para la Paz, discutiendo la pertinencia de la perspectiva construcccionista como herramienta de análisis de conflictos violentos. En un primer momento, presentamos algunas de las principales definiciones y explicaciones sobre esos conflictos. A continuación, nos centramos en la perspectiva construcccionista y abordamos el proceso de construcción de esos conflictos y su transformación en problemas sociales. Por último, analizamos el rol de los medios en este proceso.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN • VIOLENCIA • PROBLEMAS SOCIALES • LENGUAJE • CONSTRUCCIONISMO.



INTRODUÇÃO

Os Estudos de paz¹ (*Peace Studies*) têm se mostrado um campo fértil de discussão sobre as manifestações de violência e paz nas diversas esferas da vida social, contribuindo para desconstruí-las, problematizá-las e, com isso, aprofundar teoricamente o tema. Johan Galtung (2003), um dos mais influentes estudiosos da área, já chamava a atenção para os problemas decorrentes da tradição secular de identificar a paz com ausência de guerra. Para o autor, a paz é muito mais do que isso: possibilita a gestão criativa e não violenta do conflito.

Essa noção de paz assenta-se numa interessante concepção de violência, compreendida como a causa da diferença entre o potencial e o efetivo. A violência, segundo Galtung (1985), é aquilo que aumenta a diferença entre o que é e o que poderia ter sido. Conforme Fisas e Grasa (1985), uma das vantagens analíticas dessa concepção é que ela não restringe a violência a uma de suas formas possíveis: a direta e física². Ao contrário, ela abarca, também, as injustiças e desigualdades sociais, vistas como fenômenos estruturalmente violentos, além de jogar luz sobre as conexões entre violência e cultura.

Ao debruçar-se sobre o conceito de violência cultural, Galtung (2003) chama a atenção para o fato de que o âmbito simbólico da nossa existência (materializado na religião, na ideologia, nas artes etc.) pode servir para legitimar e justificar as mais diferentes formas de violência. Ainda que analiticamente profícua, consideramos que essa conceituação tende a não dar a devida importância ao caráter eminentemente constitutivo da linguagem na produção da realidade – e, conseqüentemente, da(s) violência(as) (Lopes, 2013). Afinal, se, por um lado, ela não deixa de ser um convite para se pensar as relações entre cultura e violência; por outro, ela subestima o poder de agenciamento da cultura nessa relação. Legitimar significa representar uma relação ou um acordo social como justo e digno de apoio (Thompson, 2000) – o que pressupõe que haja uma anterioridade dessa relação ou acordo ao ato de legitimar. Com efeito, quando Galtung (2003) concebe a legitimação como *o* (e não *um*) modo de operação da violência cultural, ele perde de vista que a cultura não serve apenas para reproduzir condições previamente tipificadas como violentas, mas também para estabelecê-las, no sentido que ela pode criá-las ativamente.

Tomemos como exemplo a pena capital. Um filósofo pode escrever um tratado que procure defender esse tipo de sentença. Nesse caso, podemos falar em violência cultural, no sentido dado por Galtung. Afinal, uma forma simbólica foi produzida para justificar uma prática considerada violenta previamente existente. No entanto, tal noção não consegue lidar satisfatoriamente com outra situação. Para que haja a aplicação da pena capital, é preciso que um juiz sentencie “culpado”. Sem a emissão do som dessa palavra, não há condenação. Concretamente, a linguagem, nesse caso, não justificou ou legitimou a pena capital; o que fez foi instituir uma condenação e, conseqüentemente, produzir um condenado.

A relação entre cultura e violência é, pois, dialética: ao mesmo tempo em que práticas e relações consideradas violentas administram e limitam expressões significativas de vários tipos – a interação entre escravos e senhores é, por exemplo, marcada pelo rigoroso controle da informação por parte principalmente dos primeiros; essas expressões configuram essas práticas e relações, podendo não apenas sustentá-las, mas, também, estabelecê-las, como acabamos de ver. Com efeito,

1 A expressão *peace studies* foi traduzida para o português de diferentes maneiras: estudos para a paz (Pureza, 2011); estudo da paz (Silva, 2002), estudos de paz (Amaral, 2015), entre outras. Neste artigo, optamos por utilizar a última expressão. Afinal, ela nos permite evitar a conotação instrumental da primeira e, ao mesmo tempo, reconhecer o caráter plural da paz, ocultado pela segunda.

2 Mesmo que implicitamente, essa noção restrita de violência norteia, ainda hoje, parte das produções sobre o tema. Por exemplo: uma forma recorrente de se mensurar e comparar os índices de violência no futebol é por meio da contabilização dos homicídios relacionados aos confrontos entre torcedores e entre eles e a polícia. Essa contabilização, todavia, deixa de fora uma série de práticas que, a partir de uma perspectiva mais ampla, poderiam ser consideradas violentas, tais como cantos homofóbicos, expressões racistas ou, até mesmo, a elitização do futebol, que exclui a classe trabalhadora de uma forma de lazer apreciada por parte significativa da população brasileira (Lopes; Palhares, 2016).



baseando-nos na perspectiva construcionista, entendemos que a linguagem não deve ser entendida meramente como um instrumento que, sob certas circunstâncias, pode representar como justas e dignas de apoio formas de violência que ocorrem num mundo pré-simbólico. Ela não é uma roupagem com a qual esconderíamos a violência (supostamente) contida em determinadas condições com a finalidade de justificá-las; mas condição necessária para a própria constituição dessas condições, ou seja, sem linguagem, não há violência.

Sendo assim, neste artigo, objetivamos contribuir para o desenvolvimento dos debates realizados no campo de Estudos de paz ao discutir a pertinência da perspectiva construcionista como ferramenta teórica de análise científica dos conflitos violentos. Para tanto, organizamos o trabalho em três seções: na primeira, reconhecendo que qualquer reflexão teórico-metodológica sobre a violência pressupõe o reconhecimento da complexidade, polissemia e controvérsia desse objeto, apresentamos algumas das principais definições e explicações sobre ele. Em seguida, debruçamo-nos sobre a perspectiva construcionista e analisamos a importância da linguagem no processo de construção social da violência. Por fim, analisamos o papel dos meios de comunicação nessa construção.

TEORIAS DE VIOLÊNCIA: DEFINIÇÕES E EXPLICAÇÕES EM DISPUTA

Minayo e Souza (1997) dividem as abordagens teórico-metodológicas que se debruçam sobre o tema da violência em quatro grandes grupos heterogêneos: o primeiro é formado por teorias que consideram que a violência é um fenômeno extraclassista, a-histórico, universal e inevitável, que serve como mero instrumento técnico para refletirmos sobre as realidades sociais.

Fazem parte desse primeiro grupo abordagens que seguem o modelo instintivista, oriundo da biologia, genética e etologia social. Nele, a agressividade é considerada parte do instinto de sobrevivência e uma forma natural de reação dos animais diante de situações de ameaça e perigo (Minayo; Souza, 1997). Como exemplo desse grupo, as autoras citam a biologia social, que considera que os ritmos sociais e os biológicos são incompatíveis, já que as sociedades são capazes de se transformar de uma maneira muito mais dinâmica do que os indivíduos que a compõem. Assim, os indivíduos seriam geneticamente incapazes de se adaptar às mudanças sociais, o que alteraria seus mecanismos de adaptação psíquica e psicobiológica. "O ser humano seria, então, por natureza, antissocial, e as questões de conflito e luta resultariam de sua tendência irrefreável e 'biológica' ao domínio dos outros" (Minayo; Souza, 1997, p. 516).

Domènech I Argemí e Iñiguez Rueda (2002) sustentam que o modelo instintivista influenciou várias abordagens psicológicas – inclusive a Psicanálise. Afinal, nela, a agressividade também é considerada algo instintivo (ou pulsional), que visa à autoconservação. O que a diferenciaria das teorias biológicas é, principalmente, o fato de que considera que a agressividade possui uma função constitutiva da personalidade humana. Para os autores, explicações pautadas no caráter inevitável dos instintos possuem consequências sociais, políticas e ideológicas: "a introdução de modificações neste esquema é impossível, ou muito difícil, o que faz com que as dependências de variáveis mais sociais ou relacionais pareça impossível, tanto no plano teórico como no de intervenção social" (Domènech I Argemí; Iñiguez Rueda, 2002, p. 2, tradução nossa).

O segundo grupo engloba as teorias que enfatizam as raízes sociais da violência. Entre elas estão as abordagens que tratam a violência como um produto dos efeitos disruptivos dos acelerados processos de mudança social – sobretudo da industrialização e da urbanização (Minayo; Souza, 1997). Merton (1968) e Huntington (1968), expoentes dessa corrente, defendem que a industrialização provocou um intenso movimento migratório em direção às periferias das grandes cidades, onde as pessoas passaram a viver em condições de extrema pobreza e desorganização social. Lá, a miséria, a aglomeração de pessoas, a perda de referências familiares e culturais teriam favorecido a formação de subculturas periféricas que, ao viverem à margem das normas e leis sociais, passaram a constituir as chamadas "classes perigosas". Assim, para os autores,



as grandes cidades não seriam propriamente a causa da violência, mas o locus privilegiado da dissociação entre aspirações culturais e “possíveis sociais” (Minayo; Souza, 1997).

Minayo e Souza (1997, p. 518-519) criticam esse modelo explicativo, pois consideram que a lógica estrutural-funcionalista que o sustenta

supõe uma sociedade homogênea e estável com normas, padrões e valores dados, eternos, esquecendo a natureza sócio-histórica e a origem de classes das definições sociais. É como se o movimento de mudanças exercesse uma força de atração sobre os atores sociais, arrastando-os para condutas criminosas e violentas. Migração interna, favelização, condições precárias de vida, desemprego, acesso reduzido à escolaridade seriam geradores de comportamentos desviantes. Ao reduzir a violência a crime e delinquência e ao encarar como “criminosa potencial” a população imigrante e pobre das classes trabalhadoras, os seguidores da corrente que enxerga a transição como portadora de violência não levam em conta a violência estrutural, a violência de Estado e a cultural, que quase sempre aparecem naturalizadas.

O terceiro grupo é composto pelas abordagens que consideram a violência uma estratégia de sobrevivência das camadas mais pobres da população, que sofrem na pele as contradições gritantes do capitalismo. Inspirados principalmente em Sorel (1970) e Engels (1974), os teóricos que fazem parte dessa corrente tendem a defender que as desigualdades sociais, o desemprego, a miséria e as poucas oportunidades de ascensão social levariam as pessoas pobres a se rebelarem para tentar recuperar o excedente de que foram expropriadas (Minayo; Souza, 1997).

Entretanto, para Trassi e Malvasi (2010), reduzir a violência a questões econômicas limita o alcance desse conceito. Afinal, consideram que se trata de um fenômeno complexo e multideterminado, portanto, seu estudo deve levar em conta não somente aspectos econômicos, mas também históricos, sociais, culturais, psicossociais, religiosos, demográficos etc.

Por fim, fazem parte do quarto grupo, as teorias que explicam a violência e o crescimento dos índices de criminalidade pela falta de autoridade do Estado – sendo esta entendida como poder repressivo e dissuasivo dos aparatos jurídicos e policiais (Minayo; Souza, 1997). Como exemplo dessa corrente, as autoras citam Coelho (1987), para quem a delinquência é um “fruto anômalo que se desenvolve à sombra da conivência e apatia das autoridades e dos aparelhos repressivos” (Minayo; Souza, 1997, p. 520).

Para Minayo e Souza (1997), tal postura apresenta uma série de problemas. Em primeiro lugar, tende a ocultar o fato de que a violência é um importante instrumento de domínio econômico e político das classes dominantes. Além disso, veicula a crença na neutralidade do Estado. Trata-o como se fosse um mero garantidor do bem-estar social, que arbitra conflitos e mantém a ordem, sem ser “contaminado” por questões de classe, interesses econômicos ou políticos. Reduz a violência à delinquência. Transforma-a em uma conduta patológica de indivíduos, ao mesmo tempo em que absolutiza o papel autoritário do Estado no desenvolvimento socioeconômico das sociedades contemporâneas.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA: O PAPEL DA LINGUAGEM

Conforme acabamos de indicar, a violência é um conceito controverso. Afinal, são muitos os discursos que circulam acerca de sua definição, causas, explicações. Para uns, é algo instintivo; para outros, é um efeito de determinações sociais. Há quem diga que é uma estratégia de resistência diante das mazelas sociais; enquanto outros defendem que ela indica uma patologia individual... Tais discursos não são um mero retrato da violência, ou a tradução em palavras de um gesto de agressão. Mas são discursos posicionados, contextualizados, relativos a campos do saber específicos, a momentos históricos, valores, culturas, interesses. São discursos que dependem dos recursos interpretativos disponíveis – e, como



nos lembram Domènech I Argemí e Iñiguez Rueda (2002), seria ingênuo pensar que tais recursos estão à margem dos interesses e jogos de poder que atravessam toda formação social.

Munindo-nos de argumentos construcionistas, consideramos que discursos são ações. Afinal, dizer é sempre fazer (Austin, 1962). Fazer pensamentos, identidades, relações sociais. O discurso não é um mero veículo que permite a exteriorização de ideias. Ao contrário, é sua própria condição. Condição de pensamentos e de todas as outras realidades possíveis. Para vertentes do construcionismo (Ibáñez, 2001), é preciso, contudo, diferenciar o discurso sobre o ser e sobre a realidade. O discurso sobre essa última tem como objeto um determinado modo de ser, e não o ser em si. Assim, quando se posicionam contra o mito da realidade independente de nós, não advogam a favor do idealismo ou do solipsismo. Existe algo com total independência do que podemos individualmente pensar, dizer, desejar? Sem dúvida! Não se trata de negar a existência do ser, mas de afirmar, com todas as letras, que suas formas, conteúdos, estruturas e características dependem completamente de nós – sujeitos histórica, social, cultural e biologicamente determinados. Em suma: somos nós quem “colocamos” as coisas na realidade, mas não podemos “colocá-las” arbitrariamente. O limite da nossa liberdade de escolha é o da nossa própria constituição.

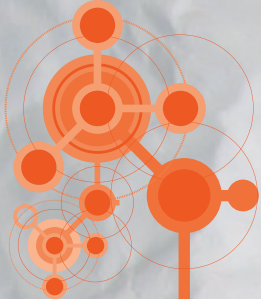
Sendo assim, não devemos cair na traiçoeira ilusão de acreditar que somos donos absolutos de nossos próprios discursos. Estes não são ficções desenfreadas, que configuramos ao nosso bel-prazer (Spink; Frezza, 2000). Não manipulamos a linguagem da forma como bem entendemos. Em certo sentido, a linguagem é que nos molda, orientando aquilo que podemos e aquilo que não podemos dizer. É preciso, no entanto, guardarmos aqui certa reserva em relação à tradição estruturalista, que vê o sujeito “principalmente como um produto ou idealização de sistemas simbólicos que o precedem” (Thompson, 1998, p. 183). O sujeito não é inteiramente definido por esses sistemas, uma vez que seu processo de apropriação é ativo e potencialmente crítico, “no qual as pessoas estão envolvidas num contínuo esforço para entender, um esforço que procura dar sentido às mensagens que recebem, responder a elas e partilhá-las com outros” (Thompson, 2000, p. 37). Em suma: tais sistemas, como ocorre num jogo de xadrez, definem o que está e o que não está aberto ao sujeito, mas é este quem define a jogada.

Diante disso, podemos afirmar, conforme já antecipamos, que os processos constitutivos dos discursos devem ser vistos em termos dialéticos, na medida em que seu impacto depende da forma como interagem com seus receptores (Fairclough, 2008). Com efeito, não podemos perder de vista o aspecto contextual de todo discurso. A forma como este é construído, transmitido e recebido, bem como o sentido e o valor atribuídos a ele dependem dos contextos em que está inserido.

Assim, a maneira como um discurso é interpretado por indivíduos particulares, sua percepção como um “discurso” e o peso a ele atribuído estão condicionados ao fato de que essas palavras foram expressas por esse indivíduo, nessa ocasião, nesse ambiente e que são transmitidas por esse meio (um microfone, uma câmera de televisão, um satélite) (Thompson, 2000, p. 192).

Enfatizar o aspecto contextual do discurso, que (de)limita seus efeitos, não significa, todavia, dar uma guinada de volta a uma visão representacionista da linguagem, que a concebe como um instrumento para manifestar as nossas ideias, tal como defendia a filosofia cartesiana (Ibáñez, 2004). Mas enfatizar que se, por um lado, o discurso possui um caráter performativo, fazendo coisas; por outro lado, ele não pode fazer qualquer coisa, pois é constrangido pelo fato de estar, necessariamente, localizado num contexto específico, sendo ressignificado por pessoas concretas. É nesse processo dialético que os discursos fabricam a realidade. E se fabricam a realidade, fabricam, conseqüentemente, a violência. Transformam um tapa em um gesto inadmissível, digno de condenação. Com isso, não estamos afirmando, importante repetir, que não exista o tapa em si, nem o ardor ou a vermelhidão que ele nos faz sentir. É claro que tudo isso existe! Mas

existe porque nós os construímos como tal, coletivamente, através de um longo processo histórico intimamente relacionado com nossas características enquanto seres humanos. É o que somos, nos diversos planos que nos constituem (o biológico, o físico, o



social etc.), junto com o que fazemos (o que temos feito ao longo da história), que faz com que a realidade exista na forma em que ela existe efetivamente. (Ibáñez, 2001, p. 258, tradução nossa).

Assim, para que um tapa seja considerado violência é preciso que o interpretemos, o classifiquemos, o nomeemos como tal. Poderíamos elencar várias características de uma ação violenta: ela ocorre em um contexto de interação interpessoal ou intergrupal, é intencional, produz dor ou outro tipo de dano... Mas nenhum desses elementos – sejam eles considerados individualmente ou em conjunto – nos permite dizer se um ato é ou não violento. Afinal, violência é um comportamento antinormativo e só existe no momento em que uma pessoa (ou um grupo de pessoas) o avalia e o classifica como desviante da norma (Domènech I Argemí; Iñiguez Rueda, 2002) – e, claro, tanto o processo de classificação quanto o de estabelecimento de normas são iminentemente linguísticos. Aqui, cabe um exemplo: há algumas décadas, dar uma palmada em uma criança desobediente poderia ser considerado um gesto de educação e cuidado. Mas nossos valores e regras sociais atuais nos fazem considerar esse mesmo gesto uma violência.

Do ponto de vista construcionista, cabe, então, desnaturalizarmos a violência desse gesto e reestabelecemos suas dimensões histórica, social e cultural, analisando as condições que facultaram sua transformação num ato violento e moralmente condenável, as implicações dessa transformação e seus efeitos sobre a realidade. Inspirados nas reflexões de Ibáñez (2005), orientadas pelo projeto intelectual foucaultiano, consideramos que a violência parental, assim como a loucura, foi instituída, num momento específico, por um conjunto de instituições, práticas e relações de poder. Não se trata de um fenômeno a-histórico. Não existe algo como a essência (invariável) dessa violência.

Por conseguinte, não se trata de investigar as mudanças ao longo da história na forma como a interpretamos e lidamos com ela. Afinal, tal proposta de investigação parte de um pressuposto essencialista (e anticonstrucionista por definição): os olhares mudam, mas o objeto do olhar permanece intocável, imutável. Como se fosse independente da própria forma como é visto, conhecido. Trata-se, sim, de entender como a violência parental foi efetivamente criada. De entender quais práticas concorreram, em diversos âmbitos da existência, para produzir o que hoje ela se tornou.

Sendo assim, uma das linhas de investigação das abordagens construcionistas refere-se ao processo de construção de problemas sociais. Podemos nos perguntar, por exemplo, quando, onde, por quê, por quem e como determinadas condições passaram a ser construídas como violentas, mobilizando a atenção das pessoas e entrando na agenda das decisões políticas. Ingenuamente, poderíamos crer que uma condição é problemática em função da sua extensão e gravidade. Que esses são indicadores objetivos e suficientes para sua delimitação como tal (Rosemberg; Andrade, 2007). Ocorre que o que é grave e extenso pode variar consideravelmente de grupo social para grupo social. A opção de um jovem por dedicar-se à vida laboral e não cursar a faculdade pode ser visto como problemático dentro da elite econômica e como algo esperado dentro da classe trabalhadora. E mesmo que chegássemos a algum consenso acerca dos critérios de definição de extensão e gravidade, sempre é possível alegar que existem muitos fenômenos com efeitos devastadores para a sociedade que não são construídos como problemas sociais.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA: O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

De acordo com Spink e Frezza (2000), podemos localizar as raízes da perspectiva construcionista na Sociologia do Conhecimento, especialmente nas ideias de Berger e Luckmann. Tais autores reorientaram a reflexão sociológica centrando-se no conhecimento do senso comum e assumindo o pressuposto de que a realidade é socialmente construída. Ainda que sua obra seja original e tenha sido muita valiosa para o desenvolvimento da referida perspectiva, os autores “usam e abusam de conceitos problemáticos como realidade e conhecimento, embora os usem entre aspas, e fazem uma distinção, hoje suspeita, entre *ideias* – domínio dos homens sábios – e *senso comum* – domínio do povo” (Spink; Frezza, 2000, p. 25, grifos no original).



Na Psicologia Social, o construcionismo tem, entre seus principais porta-vozes, Kenneth Gergen e Mary Gergen (2011). No livro *Reflexiones sobre la construcción social*, esses autores destacam que o propósito de tal perspectiva é compreender a compreensão das coisas. Compreender como as pessoas descrevem, explicam e dão conta do mundo. Segundo Spink e Frezza (2000, p. 27), essa forma de se posicionar sobre o conhecimento implica “abdicar de uma visão representacionista do conhecimento, a qual tem como pressuposto a concepção de mente como espelho da natureza”. O conhecimento, do ponto de vista construcionista, não é entendido como uma coisa localizada no interior da mente, mas, sim, como uma produção coletiva.

Diante disso, o construcionismo entende que estamos todos (inclusive aqueles que compartilham de seus pressupostos) envolvidos na construção do conhecimento. E se estamos todos envolvidos nessa construção, torna-se tarefa do pesquisador analisar o processo que levou a sociedade, em determinado momento, a entender algo de uma forma e não de outra. Por exemplo: como chegamos a entender o corpo como máquina e não como um recipiente sagrado (Gergen; Gergen, 2011). Ou ainda, como chegamos a levar realmente a sério determinada condição e a compreendê-la como um grave problema social, que precisa ser solucionado.

A construção de um problema social envolve uma série de atividades e atores. No dia a dia, qualquer pessoa pode se converter em um construtor de problemas sociais – ou, na expressão consagrada em inglês, em um *claim-maker*³. Por exemplo, podemos chamar a atenção para determinada condição percebida como problemática quando participamos de passeatas, de debates, quando assinamos petições, quando escrevemos cartas para revistas e jornais ou, até mesmo, quando fazemos piadas ou conversamos com alguém sobre o assunto. No entanto, as oportunidades e possibilidades de ter uma reivindicação escutada e discutida não são as mesmas para todas pessoas. Há uma hierarquia de credibilidade entre os *claims-makers*: alguns são mais “acreditáveis” do que outros. À força do argumento, junta-se o status social de quem argumenta. Importa não apenas o que é dito, mas quem diz (Loseke, 2008).

Essa hierarquia tende a seguir a hierarquia de credibilidade estabelecida na sociedade: grupos sociais que ocupam a base da “pirâmide social” são, frequentemente, colocados na condição de “desacreditados”. Ademais, tendem a ter menos acesso às audiências-chave (políticos e formuladores de políticas públicas, em geral). Por essa razão, muitas vezes, organizam-se em movimentos sociais, a fim de elaborar ações estratégicas e aumentar suas chances de intervir em determinada condição. Além dos movimentos sociais, outro importante *claim-maker* são os cientistas. Isso se deve por conta do ideal de ciência hegemônico em nossa sociedade: conforme Loseke (2008), o senso comum tende a considerar que o conhecimento científico é inquestionável, objetivo e desinteressado, imune aos valores e ambições políticas e pessoais dos cientistas – ainda que saibamos, há tempos, que esse ideal de ciência é insustentável.

Mas, talvez, o mais influente *claim-maker* da atualidade seja os meios de comunicação. Afinal, conforme observa Thompson (2000, p. 285), “para a maioria das pessoas hoje, o conhecimento que nós temos dos fatos que acontecem além do nosso meio social imediato é, em grande parte, derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia”. Massacres, guerras, greves, escândalos de corrupção, enchentes, terremotos, golpes de Estado, acidentes aéreos, desmatamentos etc. são, quase sempre, conhecidos por meio da televisão, rádio, internet etc. Assim, para entendermos o processo de construção social da violência, que converte determinadas condições em problemas sociais, é preciso nos debruçarmos sobre a mídia. Mais exatamente, sobre suas narrativas e relações com outros *claims-makers*, como ativistas e cientistas.

Começemos por esse último ponto. A mídia, em muitos momentos, opera como um *claim-maker* secundário, ou seja, trabalha “traduzindo” e “empacotando” reivindicações feitas por outros atores. Assim, ela necessita, até certo ponto, dos ativistas sociais para contar histórias (Loseke, 2008). Isso ocorre, por exemplo, quando uma parte do noticiário é dedicada a greves

3 Conforme Best e Loseke (2003, p. 39, tradução nossa), *claims-makers* podem ser definidos como aqueles atores que “buscam persuadir membros de uma audiência a considerar uma condição seriamente e a responder a ela como um problema social”.



e manifestações, como um bloqueio feito numa estrada por militantes de movimentos de trabalhadores que lutam pela reforma agrária.

Evidentemente que, dependendo dos interesses da empresa jornalística, uma manifestação dessa natureza pode ser ocultada, desqualificada (“coisa de baderneiros”) ou dissimulada, a fim de desviar a atenção do público das demandas feitas e das condições tipificadas como problemáticas. Uma forma recorrente da mídia dissimular essas condições é por meio do emprego da estratégia da eufemização, quando “ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva (Thompson, 2000). Por exemplo, quando a supressão violenta de um protesto contra a reforma trabalhista é descrita como a “restauração da ordem”.

Ao mesmo tempo em que a mídia necessita dos ativistas sociais, estes dependem dela (provavelmente ainda mais). Afinal, ela amplia significativamente sua audiência, aumentando as chances de recrutarem novos apoiadores para sua(s) causa(s). Ademais, pode lhes conferir mais credibilidade, pois só o fato de serem noticiadas pode significar, para o público em geral, que são importantes e merecem atenção (Loseke, 2008).

A relação entre a mídia e os cientistas também é marcada por certa interdependência. Por um lado, os meios de comunicação contribuem para a divulgação e popularização das novas descobertas científicas. Por outro, essas descobertas fornecem caldo discursivo para os referidos meios, que as transformam em notícias. Ocorre que essas transformações tendem a simplificar demasiadamente o debate científico, apagando suas controvérsias, lacunas, falhas e hesitações, ou seja, aquilo que ocorre nos bastidores da ciência (Latour; 2000; Loseke, 2008). Assim, o conhecimento científico é tratado como capaz de desvelar a realidade e alcançar a verdade (supostamente) escondida por detrás do véu das aparências. Na metáfora platônica, de olhar para fora da caverna e afastar-se do mundo das sombras e enganos. Não à toa, esse conhecimento possui um apelo retórico muito grande.

Assim, com frequência, quando querem reforçar seus pontos de vista sobre as causas e soluções para as condições percebidas como violentas, os meios de comunicação recorrem a dados estatísticos retirados de pesquisas. Ocorre que, em função das razões supramencionadas, esses dados tendem a ser percebidos como fatuais. Como coisas que podem ser coletadas no mundo da mesma forma como coletamos conchinhas na praia, e não como o produto de atividades sociais. Mas, conforme nos recorda Best (1987, 2003), para produzir um dado estatístico é preciso, necessariamente, decidir o que contar (a amostra) e como contar (o método).

O que define, por exemplo, homicídios relacionados ao futebol? Terem acontecido dentro do estádio? Mas e se aconteceram fora? Terem acontecido por conta de brigas entre torcedores rivais? Mas e se essas foram motivadas por disputadas relacionadas a outras questões, como o tráfico de drogas, por exemplo? As escolhas relativas à definição da amostra e do método, como qualquer escolha, são arbitrárias e possuem implicações para o resultado obtido pelas pesquisas científicas. Por essa razão, nos debates públicos sobre as referidas condições, assistimos a intensas lutas sociais em torno delas.

Com frequência, também observamos o silenciamento das vozes dissonantes. Os meios de comunicação tendem a privilegiar os “criadores de regras” (legisladores, por exemplo) e “impositores de regras” (tais como policiais) como suas fontes de informação e reflexão. Esses atores,

por um lado, [devem] demonstrar para os outros que o problema ainda existe; as regras que supostamente [devem] impor têm algum sentido, porque as infrações ocorrem. Por outro lado, [devem] mostrar que suas tentativas de imposição são eficazes e valem a pena, que o mal com que supostamente [devem] lidar está sendo de fato enfrentado adequadamente (Becker, 2008, p. 161-162).



Uma das principais consequências dessa escolha para o debate público em torno da questão da violência é a supervalorização do endurecimento penal – como se a solução para toda condição tipificada como violenta passasse, necessariamente, pelo enrijecimento da lei ou pela sua aplicação mais rigorosa. O discurso, muito recorrente, de que a fonte de todos os males do Brasil é a impunidade é muito sugestivo. Essa supervalorização possui uma implicação ideológica importante: tende a legitimar um aparelho penal intrusivo e onipresente, convocando o “punho de ferro” do Estado penal, em detrimento do fortalecimento do Estado social (Wacquant, 2001).

A fim de levar a cabo esse processo de legitimação, a mídia tende a adotar um discurso claramente maniqueísta, que constrói os atores (supostamente) responsáveis e (supostamente) prejudicados pelas condições tipificadas como violentas como “vítimas” e “vilões”. As primeiras seriam pessoas dignas e merecedoras de compaixão e proteção. Já os segundos seriam pessoas detestáveis e merecedoras de reprovação e punição. Em alguns momentos, observa-se uma tentativa da mídia de construir toda a população como “vítimas” de determinada condição (a “violência urbana”, por exemplo), o que contribui para revesti-la da urgência da mobilização e da indignação social (Loseke, 2008).

Mello (2001) chama a nossa atenção para o fato de que, muitas vezes, esse discurso maniqueísta tem um recorte de classe. Jornais e programas televisivos – sobretudo os sensacionalistas – tendem a transformar todo um segmento social em perigoso e indigno de confiança. Além disso, não se limitam a informar, mas estigmatizam, julgam e condenam. “É quase uma campanha de culpabilização coletiva dos pobres pela violência” (Mello, 2001, p. 139). Os adjetivos e substantivos que costumam utilizar para fazer referência a jovens pobres acusados de atos infracionais ilustram bem esse processo: “favelados”, “ladrões”, “menores”, “delinquentes”, “viciados”, “marginais”, “meliantes”, “bandidos”, “criminosos”... E é interessante notarmos que, quando o jovem é de classe média, o vocabulário parece ser outro: “suspeito”, “adolescente”, “acusado”, “envolvido”...

Até mesmo o que entra na pauta dos meios de comunicação de massa possui um recorte de classe (e de raça) – inclusive o homicídio, cujo valor jornalístico depende do homicida e, principalmente, da vítima. Se um jovem branco, de classe média, é assassinado, clamam pela punição dos culpados. No entanto, quando a guerra de extermínio dos jovens acontece nas periferias, “não há nomes e nem pressões sobre os órgãos de repressão. Há um silêncio social tácito sobre essa violência. Há violências que não contam, como se fossem ritos tácitos à depuração da sociedade” (Mello, 2001, p. 139).

Esse discurso maniqueísta, racista e classista empregado muitas vezes pela mídia tende a participar de uma narrativa melodramática mais ampla, que, ao mesmo tempo em que visa aumentar sua audiência, contribui para chamar a atenção desta para o caráter (supostamente) extremo e hediondo das condições tipificadas como violentas. Nas palavras de Hilgartner e Bosk (apud Rosemberg; Andrade, 2007, p. 261), “o drama é a fonte de energia que dá vida ao problema social e sustenta o seu desenvolvimento”. É ele que faz com que as pessoas avaliem as referidas condições como inaceitáveis e moralmente intoleráveis, que precisam ser urgentemente transformadas.

Essa avaliação é fundamental na transformação de uma condição em um problema social, uma vez que existem diversas condições que são percebidas como problemáticas, mas nem todas conseguem despertar a atenção pública e entrar para a pauta das decisões políticas. Observa-se, assim, uma disputa intestina entre diferentes grupos de *claims-makers* pela definição dos problemas sociais legítimos. Alguns lutam pela delimitação da “violência contra a mulher” como um grave problema social; outros, pela “violência no futebol”; outros, pela “violência no campo”, e assim por diante (Loseke, 2008).

A vitória nessa luta serve para mobilizar recursos para a transformação de uma condição e não de outra. Serve para “dinamizar os mercados de trabalho e de consumo, via produção de mercadorias, de serviços e de bens simbólicos” (Rosemberg; Andrade, 2007, p. 260). O que seriam das empresas de segurança, por exemplo, sem o problema social da violência urbana? Por essa



razão, podemos vislumbrar a existência de um mercado de problemas sociais nas sociedades contemporâneas. E se a principal mercadoria à venda desse mercado são condições tidas como problemáticas, parece ser mercadologicamente estratégico embrulhá-las com o pacote sedutor da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos, primeiramente, apresentar algumas definições e explicações acerca do fenômeno da violência. Em seguida, argumentamos a favor da perspectiva construcionista e buscamos desessencializar esse fenômeno mostrando a importância da linguagem e do contexto social, histórico e cultural para a sua compreensão. Feito isso, vimos que a violência não é inerentemente um problema social e que, por essa razão, existe uma luta social para classificar algumas condições como mais violentas e problemáticas do que outras. Depois, indicamos que os meios de comunicação são uns dos atores mais influentes nessa luta e que, ao chamar a atenção da sua audiência para uma condição vista como violenta, adotam, com frequência, uma narrativa melodramática, que busca indicar o caráter (supostamente) extremo e hediondo dessas condições.

Ainda que não exista uma fórmula pronta e acabada para diminuir os efeitos potencialmente estigmatizantes dessa narrativa, consideramos fundamental que os produtores de informação se atentem para o fato de que a rotulação negativa e sistemática de grupos considerados desviantes contribui para a desumanização de seus membros, legitimando, com frequência, a retirada de direitos e ações abusivas por parte dos aparelhos repressivos de Estado. Por essa razão, faz-se necessário dar voz a todas as partes envolvidas num conflito, a fim de promover mais empatia, compreensão e, por conseguinte, desnaturalizar os discursos hegemônicos sobre ele.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. Considerações sobre a violência pela ótica de Johan Galtung: alguns aspectos do terrorismo e o advento da intolerância. *Cadernos de campo: Revista de Ciências Sociais*, Araraquara, n. 19, p. 101-116, 2015.

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEST, Joel. Rhetoric in claims-making: constructing the missing children problem. *Social Problems*, Oxford, v. 34, n. 2, p. 101-121, 1987.

_____. Audiences evaluate statistics. In: BEST, Joel.; LOSEKE, Donileen (Ed.). *Social problems: constructionist readings*. New York: Aldine de Gruyter, 2003. p. 43-50.

BEST, Joel; LOSEKE, Donileen. Claims-makers and audiences: introduction. In: _____ (Ed.). *Social problems: constructionist readings*. New York: Aldine de Gruyter, 2003. p. 39-42.

COELHO, Edmundo Campos. *A criminalidade violenta urbana*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1987.

DOMÈNECH I ARGEMÍ, Miquel; ÍÑIGUEZ RUEDA, Lupicinio. La construcción social de la violencia. *Athenea Digital*, Cerdanyola del Vallès, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2002.



ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Lisboa: Presença, 1974.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília, DF: UNB, 2008.

FISAS, Vicenç; GRASA, Rafael. Prólogo. In: GALTUNG, Johan. *Sobre la paz*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1985. p. 7-23.

GALTUNG, J. *Sobre la paz*. Barcelona: Fontamara, 1985.

_____. *Paz por medios pacíficos: paz y conflicto, desarrollo y civilización*. Bilbao: Bakeaz; Gernika Gogoratuz, 2003.

GERGEN, Kenneth Jay; GERGEN, Mary. *Reflexiones sobre la construcción social*. Barcelona: Paidós, 2011.

HUNTINGTON, Samuel. *Political order in changing societies*. New York: New Heaven, 1968.

IBÁÑEZ, Tomás. *Municiones para disidentes: realidad-verdad-política*. Barcelona: Gedisa, 2001.

_____. O "giro linguístico". In: IÑIGUEZ, Lupicinio. *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 50-104.

_____. *Contra la dominación: variaciones sobre la salvaje exigencia de libertad que brota del relativismo y de las consonancias entre Castoriadis, Foucault, Rorty e Serres*. Barcelona: Gedisa, 2005.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LOPES, Felipe Tavares Paes. Os conceitos de paz e violência cultural: contribuições e limites da obra de Johan Galtung para a análise de conflitos violentos. *Athenea Digital*, Cerdanyola del Vallès, v. 2, n. 13, p. 169-177, 2013.

LOPES, Felipe Tavares Paes; PALHARES, Marcelo Fadori Soares. O papel dos meios de comunicação na construção da paz no futebol. *Alterjor*, São Paulo, v. 1, n. 13, p. 149-167, 2016.

LOSEKE, Donileen. *Thinking about social problems: an introduction to constructionist perspectives*. 2. ed. New Brunswick: Aldine Transaction, 2008.

MELLO, Silvia Leser de. A violência urbana e a exclusão de jovens. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 129-140.

MERTON, Robert King. *Sociologia, teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 513-531, 1997.

PUREZA, José Manuel. O desafio crítico dos estudos para a paz. *Relações internacionais*, Lisboa, v. 32, n. 1, p. 5-22, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia; ANDRADE, Marcelo. Infância na mídia brasileira e ideologia. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny (Orgs.). *Diálogos em Psicologia Social*. Porto Alegre: Evangraf, 2007. p. 257-274.



SILVA, Jorge Vieira da. A verdadeira paz: desafio do Estado democrático. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 36-43, 2002.

SOREL, Georges. *Réflexion sur la violence*. Paris: Minuit, 1970.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose Mary. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 17-40.

THOMPSON, John Brookshire. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

TRASSI, Maria de Lourdes; MALVASI, Paulo Artur. *Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência*. São Paulo: Cortez, 2010.

WACQUANT, Loic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

Texto recebido em 22.02.2018 e aprovado em 20.06.2018.